
Descobrimdo o paraíso

*Marília Conforto**

Resumo: o texto aborda o descobrimento do Brasil através da literatura da época. Foram escolhidas para análise as cartas de Pero Vaz de Caminha e do Padre Manoel da Nóbrega. Elas pontuam dois momentos importantes para a história do Brasil. A primeira carta revela a surpresa com a terra descoberta e a possibilidade de enriquecimento da Corte portuguesa. As cartas do padre Manoel da Nóbrega revelam a preocupação em colonizar e cristianizar o paraíso descoberto.

Palavras-chave: História, literatura, descobrimento do Brasil.

Abstract: The text deals with the discovery of Brazil through literature of the time. Letters by Pero Vaz de Caminha and Padre Manoel da Nóbrega were analyzed. They punctuate two important moments for the history of Brazil. The first letter reveals the surprise with the land found and the possibility of enrichment of the Portuguese court. The letters by Padre Manoel da Nóbrega reveal the preoccupation with colonizing and Christianizing the paradise discovered.

Key words: history; literature; discovery of Brazil

O marco essencial da expansão marítima portuguesa foi a Revolução de 1385, que preparou Portugal para a modernidade, completando a primeira fase da formação de seu Estado Moderno Absolutista. Tais acontecimentos se deram no quadro maior das crises que abalaram a Europa do século XVI. A Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos atingiram Portugal, nação com carência de braços para a lavoura. Mesmo golpeado por essas crises, Portugal conheceu alguns avanços importantes. O desenvolvimento do comércio, desde a época medieval, possibilitou o nascimento de uma importante burguesia comercial marítima. Encontrando-se Portugal numa posição

* Professora no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre em História do Brasil pela PUCRS. Doutora em Literatura Brasileira pela UFRGS; *e-mail*: mc.14@terra.com.br

geográfica privilegiada, os mercadores da Europa do norte que viajariam para o mediterrâneo faziam escalas nos portos portugueses. A entrada dos portos marítimos portugueses nas rotas de navegação levou a que os judeus, genoveses, marselheses, flamengos e outros a se estabelecerem definitivamente em terras portuguesas.

Quando da crise da sucessão do trono português, o grupo mercantil sentiu-se ameaçado com a possível submissão de Portugal à Castela. Tal ameaça levou a burguesia mercantil portuguesa a apoiar D. João de Avis. Em abril de 1385, após algumas batalhas vitoriosas, o pretendente português foi oficialmente aclamado rei passando a usar o título de D. João I. Nascia assim a dinastia de Avis. A revolução de Avis entronizou um monarca sensível com interesses da burguesia comercial. Garantida a independência nacional lusitana, Portugal caminhou rapidamente para o absolutismo. Foi sob o comando de D. João I que Portugal entrou na fase mercantilista e na epopéia das grandes navegações. A insuficiência portuguesa em metal circulante, em produtos agrícola, e em mão-de-obra, sua posição geográfica privilegiada, a tradição da escola de Sagres e os desejos de expansão da fé cristãos são causas apontadas para o expansionismo português. A principal causa foi à existência de condições políticas e institucionais favoráveis à expansão.

Ao inaugurar-se o século XV, Portugal surgiu como a primeira nação européia, com um Estado centralizado e forte, capaz de lançar suas naus aos mares distantes. A conquista de Celta foi o marco inicial da expansão marítima portuguesa. Para a burguesia, essa conquista traria o “ouro transaariano”, escravos, sedas e demais produtos comerciados na cidade. A expedição ocorreu em 1415, com êxito. Mas, para a burguesia, ela foi decepcionante, pois os mouros desviaram suas rotas de comércio, que chegavam do Sudão africano para outras praças. O Estado lusitano que empresou a expansão marítima procurava interpretar as demandas procedentes e dois setores distintos e opostos da sociedade: grupo dominante (nobreza) e a camada emergente (burguesia). De um lado, a busca do lucro e de sua multiplicação; de outro, a perspectiva de terras, títulos e riqueza obtida através de saques por parte dos novos senhores dos mares. Outra tarefa estava sempre presente aos olhos portugueses: “a de levar bem alto e bem longe o pavilhão de Cristo”. O “cruzadismo” ou o “salvacionismo” resolviam a questão; Fundia o interesse de lucro e de conquistas territoriais com os desígnios missionários de um Estado que se arrogava à tarefa de cristanizar o mundo.

O caráter mercantil-salvacionista foi em algo atenuado durante o reinado de D. João II. Em várias ocasiões, esse rei desviou-se de alguns interesses da nobreza para centrar-se no objetivo mercantil da navegação.

Entretanto, o sonho guerreiro-cruzadista continuaria. A nobreza não vacilaria em ferir duramente os burgueses assim que eles se aproximaram do poder. Um exemplo disso foi o reaparecimento das perseguições aos judeus durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), que os obrigou a se batizarem ou a abandonarem o reino. Com D. João II continuaram os estudos e os aperfeiçoamentos náuticos. O rei percebeu que a expansão marítima lusitana fizera de Portugal uma nação forte e comercialmente pioneira, mas exigia uma política mais voltada para os interesses mercantis. Para isso, logo subjugou as pretensões cruzadistas dos nobres guerreiros e reforçou o poder monárquico sobre a classe senhorial. Em 1492, Cristóvão Colombo partiu do porto de Palos e descobriu a América; em 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha; em 1497, Vasco da Gama partiu para as Índias; em março do mesmo ano, avistou a costa do Brasil. Na armada de Pedro Álvares Cabral, viajara Pero Vaz de Caminha. Ele registrou as primeiras impressões da terra descoberta.

Descobrimo o paraíso

Quem vê? O que vê, Pero Vaz de Caminha? Quem vê é um português oriundo de uma cultura escrita e com padrões próprios de sua cultura. Tanto que Pero Vaz de Caminha descreve, em sua carta o que vê, utilizando o código “com/sem”. Ele descreve os índios sem roupas, sem religião e sem maldades. A carta de Pero Vaz de Caminha está inserida na literatura, comum dos séculos XVI ao XIX de registro de viagens. O historiador Michel Foucault considera essa documentação muito importante. Não só para o historiador de hoje, mas para época em que foi escrita. Segundo ele, esses documentos literários eram “precisos relatos codificados da situação militar, recursos econômicos, mercados e riquezas do país visitado”. Com isso explica-se o tratamento, afável e respeitoso, que Caminha dispensa ao rei no texto da carta. Ele se dirige ao rei: “Posto que o Capitão-Mor desta Vossa Frota e assim igualmente os outros capitães escrevem a Vossa Alteza dando notícia do achamento desta Vossa terra nova, que agora nesta navegação se achou, não deixarei de também eu dar minha conta disso a Vossa Alteza, fazendo como melhor me for possível, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que “todos”.

São elementos desse discurso, o contexto, o remetente e o destinatário. O contexto é a descoberta de novas terras e de pessoas que não se parecem e nem se comportam de acordo com o conceito de cultura do remetente (Pero Vaz de Caminha). Este, por sua vez, parte da noção de mundo e de homem que se tinha, à época, para registrar o que vê. Segundo J. S. da Silva

Dias, o conceito de cultura foi concebido na Idade Média. Nele, a cultura era vista como o acúmulo de saber e de formas desse saber: “O europeu habituara-se a idéias da unidade ambiental do ‘cosmos’: as mesmas crenças, a mesma mentalidade, os mesmos costumes, a mesma organização social. Essa idéia, enquanto estática cultural, afundou-se com os Descobrimentos”. O relato dos primeiros sinais de terras, a visão do Monte Pascoal e os contatos com os nativos podem ser caracterizadas como uma literatura sensual. Como na que Caminha, ao descrever uma nativa, observa que “ela era tão bem feita e tão redonda, sua vergonha, ela não tinha, tão graciosa que muitas mulheres de nossa terra (Portugal), vendo-lhes tais feições, provocaria vergonha, por não terem as suas como a dela” (p. 82).

O destinatário (o rei) toma conhecimento, através da carta, da existência de uma cultura que difere da sua. A carta de Pero Vaz de Caminha é adequada ao que ele viu. É possível criar uma identificação ou não com o objeto descrito. Isso se faz através de um código “com/sem”. O discurso foi adequado ao que foi visto. Nesse sentido, a palavra foi a ação dominadora. Em várias passagens da carta, Pero Vaz de Caminha referiu-se aos nativos como a grande riqueza da terra. Que era preciso cristianiza-los, tira-los da barbárie em que se encontravam (p. 96-98). Descoberto o paraíso, era preciso organiza-lo, e a organização possuía dois objetivos: o primeiro estava dentro da visão econômica da época, o mercantilismo. Era o de tornar as terras produtoras de riquezas para a metrópole. Poderia ser através de riquezas minerais. Entretanto, elas, no princípio, não foram encontradas, o que terminou ocorrendo foi a produção agroexportadora açucareira. E na carta encontramos exemplos da preocupação em encontrar aqui metais preciosos como aconteceu com as descobertas espanholas. Quando um dos nativos de interessou pelo colar que Cabral usava, Caminha escreve que ele estaria querendo dizer que ali havia ouro. Mais adiante, entretanto, considerava essa observação apressada, e escreve que “nós assim o traduzíamos porque esse era o nosso maior desejo”.

Organizando o paraíso

Antes de analisarmos algumas cartas da correspondência do padre Manoel da Nóbrega, é necessário situarmos a Companhia de Jesus e seus objetivos. A Companhia de Jesus nasceu numa pequena capela dedicada a São Dionísio, nas faldas da colina de Montmartre, em Paris. Uma inscrição, em mármore, que decora a capela, diz: “Aqui nasceu, a 15 de agosto de 1534, a Companhia de Jesus, tendo por pai [a] Inácio de Loiola e, por mãe, a cidade de Paris”. Assim nascia o núcleo, de que brotou, mais tarde, em

Roma, a nova ordem religiosa. Para a historiografia, D. João III figura como *Pai da Companhia de Jesus*. A expansão missionária dos jesuítas está vinculada à expansão política e comercial dos portugueses. A ação missionária dos jesuítas levou-os a todos os lugares onde se fixou o domínio português. Devemos refletir sobre esse caráter de missão. Segundo o historiador Luiz Felipe Baêta Neves, uma missão

supõe uma continuidade relativa, requer alguns pontos de segurança onde se possa apóias para conquistar pontos esquivos, descontínuos. E o projeto missionário é justamente este: unir os diversos pontos – que, até ali, ou não formavam uma figura ou esta era disforme – de uma forma traduzível ao idioma de que maneja que desenha.

As ordens missionárias têm como seu universo as ordens monacais. Todas, é claro, pertencem à Igreja. A diferença está em sua relação com o mundo. Os mosteiros guardam para si seus monges e não se dispersam geograficamente. Com essa diferenciação, fica claro o pressuposto básico da missão, ou seja, a sua dimensão social, a Igreja insere-se em campos sociais profanos diferentes. Segundo Baêta Neves, a missão quer

instaurar lugares santificados porque conheceram a Palavra e a souberam repetir. A missão não quer “pessoalmente” conquistar territórios militarmente – ela geralmente se utilizou de forças militares paralelas leigas. Ou se transformou, ela mesma, em força militar (reduções) autônoma ou antagonica a objetivos profanos. Ela quer uma compreensão de um código que é, ele próprio, a Verdade e o caminho para a verdade. Tal compreensão é, de início, oferecida – se não é aceita pode ser imposta – sem contradições.

A expansão territorial iniciada por Portugal pressupõe uma incorporação espiritual. Temos o Imperador e, ao seu lado, o Papa. O império deve constituir-se à imagem do Reino Celestial. Nele, o imperador recebia sua investidura de poder daquele que era o “Rei dos Reis”. Essa combinação de forças vem explicar não só o fortalecimento dos Estados Nacionais, como também o surgimento de novas regiões cristãs. Baêta Neves escreveu que

o mundo do século XVI é um mundo de similitudes. Uma sala cujas paredes são espelhos deformados. Não são todos igualmente deformados nem apenas se trocam suas próprias imagens. Há uma figura cuja presença é a poderosíssima presença de uma ausência. O mundo, a sala de espelhos, teve de ter um construtor. Deus é o paradigma ausente. Se Deus não se oferece por inteiro ao olhar. Ele deixa suas marcas no mundo. A tarefa do cristão e particularmente do sacerdote cristão é de tentar ler essas marcas que inscrevem nos objetos suas distâncias e sua diferença do paradigma.

A tarefa do missionário é ler as marcas e modifica-las. Para os primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil, o indígena era visto como um só grupo, sem diferenças significativas quanto à raça, cultura, origem ou qualquer outro traço distintivo. Falar sobre índio – ou sobre o gentio, como escreve Manoel da Nóbrega – é um falar no singular. Trata-se de uma só cultura, uma só realidade. Essa questão do falar no essencial na catequese, deu-se em relação às funções e aos cargos principais do gentio na tribo. Assim, ficaram demarcados os centros de poder da coletividade indígena a serem conquistados. Eles eram os chefes e os feiticeiros.

O conceito de cultura leva-nos a definir o conceito de civilização. No século XVI, a civilização era sinônimo de aperfeiçoamento do ser humano. Era um instrumento que modelava o que em princípio era rude, tosco e vulgar. E o Cristianismo, nessa perspectiva, era a melhor doutrina para modelar essa natureza bruta. As cartas do padre Manoel da Nóbrega analisadas encontram-se no volume n. 147 da Coleção Cartas Jesuíticas 1, da Editora Itatiaia. As cartas reunidas nesse volume possuem origens diferentes. Alguns originais encontram-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, outros, na Biblioteca Pública de Évora. Algumas se encontram na Torre do Tombo, em Lisboa. Como relata na primeira carta dirigida ao padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo (15498), Nóbrega chegou à Bahia, no dia 29 do mês de março de 1549. na correspondência, Nóbrega escreve que encontrou a terra em paz, que havia uma casa com jeito de igreja onde, se poderiam fazer as orações e batizar o povo da terra. Já nesta primeira carta, ele conta que no paraíso vive-se em pecado mortal. Segundo ele, “espero Nosso Senhor fazer-se fruto, posto que a gente da terra vive em pecado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras das quais estão cheios de filhos e é grande mal” (p. 72). Nessa e em todas as cartas analisadas, a preocupação com a falta de mulheres européias e com a gente da terra, vivendo em pecado, é constante. Nóbrega tem por objetivo fazer do homem americano que encontra, um homem diferente, ou seja, um cristão europeu. Na carta dirigida ao padre Miguel de Torres, escrita na Bahia, em 8 de maio de 1558, Nóbrega expõe ao amigo o plano da colonização. Primeiramente, “o gentio se deve sujeitar a fazê-lo viver como criaturas que são racionais, fazendo-lhes guardas a lei natural, como mais largamente já apontei a Dom Leão o ano passado”.

Segundo Nóbrega, os gentios continuaram, mesmo depois da colonização, matando e comendo grande número de cristãos. A questão da antropofagia diferencia a visão de Nóbrega da de Pero Vaz de Caminha. Para o último, o homem aqui encontrado era dócil. Para o primeiro ele é bárbaro. O historiador Mário Maestri, em *Terra do Brasil: a conquista lusitana*

e o genocídio Tupinambá, diz o seguinte sobre a antropofagia: “Foi o difundido hábito antropofágico tupinambá que mais profundamente impressionou os europeus. Para esses, o canibalismo era um fenômeno conhecido apenas na literatura histórica e de viagens ou associado a rituais de magia e satanismo”. Mário Maestri lembra que somente os Tupiguaranis eram antropófagos. Nóbrega, em suas cartas, refere-se ao gentio antropófago. Um exemplo de generalização do termo *índio*; Mário Maestri lembra que para vários cientistas sociais, os tupinambás “não praticavam a antropofagia como recurso alimentar, mas apenas como ritual de fundo social, guerreiro e mágico”. Nóbrega tem do índio a visão de um bárbaro. Na primeira carta, escreveu: “[...] trabalhei por tirar em sua língua [do gentio] as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua que mó saiba dizer, porque são eles brutos que nem vocábulos têm” (p. 71). Na carta número 4 dirigida ao Dr. Navarro, seu Mestre de Coimbra [1549] Nóbrega assinalou: “[...] mas é grande maravilha haver Deus entregue terra tão boa, tamanho tempo, a gente tão inculta que tão pouco conhece”.

Sobre a língua, encontramos na leitura das cartas dois importantes aspectos: primeiro nelas há muitas passagens que formas escritas em Latim e o segundo que os jesuítas se dispuseram a aprender a língua indígena. O Latim, a partir de um determinado momento histórico do Cristianismo, passou a ser a língua sagrada. Pois, se o saber está ligado à decifração e ao conhecimento dos códigos divinos, o Latim se configura como seu instrumento de decifração. Por outro lado, esse missionário tem por objetivo levar cultura aos bárbaros. Como falar uma língua culta para uma platéia inculta? A solução foi a utilização de intérpretes, denominados de *linguas*, o aprendizado do tupiguarani por alguns padres. Os primeiros sinais da influência da catequese realizada por Nóbrega e pelos jesuítas nas tribos indígenas forma relatados por ele na carta ao Dr. Navarro:

D’entre muitas cousas referirei uma que bastante me maravilhou, e foi que ensinando um dia o padre João de Aspigueta os meninos a ler e a fazer o signal da cruz, e tendo os ditos meninos certas pedras de várias cores nos lábios, que é uso trazer furados, e muito estimam, embaraçando as pedras de fazer-se o signal da cruz, veio à mãe de um delles e para logo tirou a pedra dos lábios de seu filho e atirou ao telhado; de repente os outros fizeram o mesmo: isto logo quando começamos de ensinar. Outra vez descobriu o mesmo Padre em uma aldeia, que cozinhavam o filho de um inimigo, afim de comere-n’o: e porque fossem reprehendidos, soubemos mais tarde que o enterraram e não quizeram comer (p. 92).

Para Nóbrega, os gentios estavam fora das leis cristãs ao praticarem o adultério. Na mesma carta ao Dr. Navarro, ele comenta que os “principais” da terra seriam batizados em breve. Nóbrega tinha a esperança que eles mantivessem a fidelidade marital. Segundo o historiador Mário Maestri, “alguns tupinambás possuíam duas, três ou mais esposas. Da puberdade ao casamento, as jovens gozavam de uma extensa liberdade sexual. Entretanto, apenas as esposas deveriam manter-se fiéis aos maridos, sob pena de serem repudiadas, açoitadas, escravizadas ou mortas”.

Na carta de número 20, dirigida a Tomé de Souza (1559), Nóbrega dá conta dos progressos feitos com a catequese.

O gentio sujeito e mettido no jugo da obediência do Christão, para se nelles poder imprimir tudo quanto quizessemos, porque é elle de quantidade que domado se escrevera em seus entendimentos e vontades muito bem a fé de Christo, como se fez no Peru e Antilhas [...].”

Para que a catequese desse certo, era necessária a formação de aldeamentos, onde índios das mais diferentes tribos fossem reunidos, para que pudessem mais facilmente ser convertidos. Os aldeamentos foram várias vezes mencionados nas cartas. O padre João de Aspicueta “anda sempre pelas aldeias e ahi dorme e come para ter mais facilidade em pregar à noite, porque a esta hora é que estão juntos na aldeia e mais descansados” (p. 93). No início os padres iam até os agrupamentos indígenas para fazer sua pregação. A seguir, formam-se os aldeamentos. Não deixavam de ser esses aldeamentos os precursores do panóptico tão bem-estudado por Michel Foucault em *Vigiar e punir*. Como nos panópticos do século XVIII, nas aldeias o jesuíta tinha plena visão e domínio dos acontecimentos.

O gentio era fixado independentemente de sua vontade. Os locais eram escolhidos pelos jesuítas. Com essa nova organização, os hábitos culturais e religiosos dos indígenas foram substituídos por uma nova realidade cultural e religiosa, que não era a sua, e sim, a da catequese. Nos aldeamentos, encontramos espaço para a disciplina. Esse é um outro ponto importante no processo da catequese. Na carta de número 3 ao padre Mestre Simão (1549), Nóbrega fala da falta de “disciplina” ou seja, dos exercícios de autoflagelo:

Agora vivemos de maneira que temos disciplina às sextas-feiras, e alguns nos ajudam a disciplinar; é por os que estão em pecado mortal e conversão deste gentio, e por almas do Purgatório, e o mesmo se diz pelas ruas, com uma companhia, segundas e quartas-feiras, assim como nos Ilhéos. Temos nossos exames à noite, e pela manhã uma hora de oração, e o mais tempo visitar o próximo e celebrar, e outros serviços de casa (p. 87).

A formação das aldeias também solucionou um problema que muito impressionou o jesuíta, ou seja, a *oca* dos índios. Para eles ela era a representação material da moradia do próprio diabo. Eles analisam a *oca* dentro da codificação “com/sem”, já abordada. Segundo os jesuítas, nelas não havia uma divisão de tarefas. Logo não existia hierarquia. Na conclusão dos jesuítas, a casa indígena era “anormal” porque reunia, em um espaço considerável, uma população considerável, com muitas ocupações e muitos olhares.

Na aldeia européia, havia um lugar para cada cotidiano. Um lugar para trabalho, outro para descanso, outro para reza e outro para a família. Nas aldeias jesuíticas, estabeleceram-se maneiras de vestir, de comer. Surgiram regras de higiene e normas de civilização contrárias à “barbárie”. Queremos ainda abordar dois pontos que aparecem na escritura das cartas. O primeiro é sobre a carta de número 5 que tem por título *Informação das Terras do Brasil*, registra etnograficamente a flora, a fauna e os costumes dos gentios que Nóbrega aqui encontrou. Do leque de 21 cartas que constam dessa edição, pela primeira vez Nóbrega descreve os gentios como plural. Ele registrou o costume das nações Carijós, Gaimares e Toponiquins. A carta pode ser analisada a partir de dois enfoques: o primeiro é o registro de que Nóbrega vê; o segundo, a crítica. É quando Nóbrega avalia os gentios após descreve-los: “Esta gentilidade nenhuma cousa adora, nem conhece Deus; somente aos trovões chama Tupane, que é como quem diz cousa divina. E assim nós não temos outro vocábulo mais conveniente para os trazer ao conhecimento de Deus, que chamar-lhe Pae Tupane” (p. 99). Essa correspondência exemplifica o que comentamos sobre a literatura informativa-descrita de Michel Foucault em *Microfísica do poder*, no capítulo: Sobre a Geografia.

O segundo ponto que gostaríamos de ressaltar, ainda que rapidamente é a questão do ensino que esteve presente em várias correspondências. A escola para meninos da terra onde os jesuítas ensinavam a ler e escrever. No Brasil, a ação educativa dos jesuítas teve como pontos importantes os colégios da Companhia de Jesus, que eram três nos fins do século XVI: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Nesses colégios, a disciplina e a concorrência estavam presentes. Em todos os sábados, havia disputas entre os estudantes, cada qual buscando mostrar maior conhecimento no tema indicado. Também havia horas determinadas para o início das aulas, e tempos fixos para aula e estudos. Na carta ao re D. João III (1551), Nóbrega manda notícias:

O collegio da Bahia seja Vossa Alteza para favorecer porque já está bem principiado e haverá nelle vinte meninos pouco mais ou menos, e mande ao Governador que faça casas para os meninos, porque as que têm são feitas por nossas mãos e são pouca duração e mande dar alguns escravos da Guiné a casa para fazerem mantimentos, porque a terra é tão fértil [...] (p. 126).

tanto que foram objeto de repetida reflexão por parte de Nóbrega. O processo de catequese esteve longe de ser uma conquista fácil, mesmo considerando que o homem português como ele se via, ou seja, era doador de uma cultura para povos que lhe pareciam incultos e bárbaros. Apesar das estratégias utilizadas – pregação evangélica, aprendizado da língua Tupi, formação de aldeias e a educação dos meninos nos colégios da Companhia – a cultura selvagem impôs, sempre que pôde, sua resistência. Essas cartas foram escritas entre 1549 e 1560, e em todas elas encontramos queixas quanto aos maus costumes dos brasis como: antropofagia, feitiçaria e adultério. Eles poderiam ser maus costumes aos olhos dos portugueses, entretanto, constituíam apenas expressões da cultura indígena.

A terra descoberta é paradisíaca?

A resposta a essa pergunta é afirmativa. Embora por mais contraditório que pareça esse paraíso não é perfeito. Mas é preciso considerar alguns pontos do discurso de Nóbrega. Primeiro, o objetivo de Nóbrega de transformar o homem americano num homem europeu não se realizou, mas o discurso de Nóbrega introduziu o realismo, a racionalidade e o pragmatismo em uma região que, aos seus olhos, era mística. Se por um lado, o gentio não se transformou, mesmo com a catequese, em um homem europeu, os jesuítas tinham um objetivo que foi atingido. Eles não vieram ao Brasil para conquistar uma terra sagrada. Vieram para construir a cidade de Deus num espaço que não conhecia a sua palavra, e mantiveram a continuidade dessas palavras através de suas ações pedagógicas.

Este controle do saber confundiu-se com o controle do poder. Temos, então, o poder – Império – e o saber – Fé –. Um agindo nas instâncias políticas, e outro em uma instância mais difícil de ser percebida, pois atuava no controle da vida cotidiana, normatizando tudo o que não era culto e sagrado segundo a imagem européia, trazendo para as populações de brasis um violento processo de desaculturação. No discurso jesuíta encontram-se os três pilares que sustentaram os objetivos da Companhia de Jesus e de toda a expansão marítima. São eles: a lei, a civilização e a ordem. Na leitura das cartas fica evidenciado que o objetivo da catequese foi dar aos habitantes do paraíso recém-descoberto, um outro corpo, uma outra aparência e, principalmente, um outro espírito, mais próximo ao dos cristãos europeus. É importante ressaltar que a *regra de ouro* do século XVI era a semelhança. Ela devia ser perseguida, em todas as coisas e pessoas para que as imagens dos espelhos fossem igualmente semelhantes. Com isso, o gentio obtém, através do código cultural europeu, a semelhança Divina no mundo. Vistos

como um “papel em branco” pelos jesuítas, os gentios na visão dos padres, estavam prontos para ser impressos. Finalizando, inferimos que o discurso de Nóbrega não deixa de ser ideológico, na medida em que definia pessoas e pensamentos como paradigmas do correto e adequado e não admitia questionamento. Sua filosofia pode ser resumida assim: *Temos a verdade porque somos cristãos e europeus.*

Notas

¹ Sobre os descobrimentos e a cultura portuguesa conferir os três primeiros capítulos de: DIAS, J. S. da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1985.

² DIAS, J. S. da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1985. p. 170. Sobre o assunto conferir: item n. 16 “O conceito

de cultura – permanências e tensões”; no cap. V. A revolução dos mitos e do conceito.

³ Sobre a questão do emissor-destinatário, conferir o livro: PÊCHEAUX, Michel. *Hacia el analisis automático del discurso*. Madrid: Gredos, 1975. Conferir item B: Las condiciones de producción del discurso.

Referências bibliográficas

DIAS, J. S. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1985.

CASTRO, Sílvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Global, 1979.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

PÊCHEAUX, Michel. *Hacia el analisis automático del discurso*. Madrid: Gredos, 1975.

ANCHIETA, José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Obras completas 6 v.).

NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

NÓBREGA, Manoel. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da USP, 1988. (Coleção Cartas Jesuíticas v. 1).

MAESTRI, Mário. *Terra do Brasil: a conquista lusitana e o genocídio tupinambá*. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Polêmica).

